11º Encontro Internacional de Política Social
18º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Entre o capital e a vida: questão social, crise ambiental e resistências
Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Exploração e opressões no capitalismo

Violência contra mulher praticada por mulher: um estudo documental

Gabriela Bastianello[1]

Mariana Bonomo[2]

Julia Alves Brasil[3]

Resumo: A violência contra a mulher pode ser definida como qualquer conduta que tenha por base o gênero e cause danos físico, psicológico, sexual, moral ou patrimonial à mulher. Este trabalho teve como objetivo analisar como a violência contra a mulher perpetrada por outra(s) mulher(es) é retratada em notícias publicadas em um jornal capixaba. Para tal, foram coletadas 767 peças jornalísticas que abordavam 511 casos de violência contra uma mulher ou menina, e que tinham como algoz outra mulher. Os dados obtidos foram analisados a partir da Classificação Hierárquica Descendente viabilizada pelo Iramuteq. Os resultados apontaram quatro classes de conteúdos: 1) violência física; 2) dimensão afetiva da violência contra mulher; 3) violência contra meninas; e 4) quando a agressora é mulher, o que é feito?
Palavras-chave: violência contra a mulher; gênero; mídia.

Violence against women perpetrated by women: a documentary study

Abstract: Violence against women can be defined as any conduct based on gender that causes physical, psychological, sexual, moral, or patrimonial harm to women. This study aimed to analyze how violence against women perpetrated by other women is portrayed in news articles published in a newspaper from Espírito Santo state. To this end, 767 journalistic pieces depicting 511 cases of violence against a woman or girl perpetrated by another woman were collected. The data obtained were analyzed using the Descending Hierarchical Classification method enabled by Iramuteq. The results indicated four content classes: 1) physical violence; 2) the affective dimension of violence against women; 3) violence against girls; and 4) what is done when the aggressor is a woman?
Keywords: violence against women; gender; media.

1. Introdução

A violência contra a mulher é um fenômeno fruto de construções históricas, políticas, religiosas e sociais, não se apresentando da mesma forma em todas as sociedades ou no decorrer do tempo (Cruz; Espíndula; Trindade, 2017; Nóbrega *et al.*, 2019). Pode ser definida como qualquer conduta que tenha por base a condição de gênero

[1] Psicóloga, mestre e doutoranda em Psicologia. E-mail: bastianellogabriela@gmail.com

[2] Doutora em Psicologia e Professora do Departamento de Psicologia Social e do Desenvolvimento/UFES e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFES. E-mail: mariana.bonomo@ufes.br

[3] Psicóloga e mestre em Psicologia e Doutora em Estudos Culturais. Pesquisadora colaboradora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho/Portugal. Email: juliaalvesbrasil@gmail.com

e seja capaz de causar danos emocionais, físicos, sexuais ou econômicos, podendo ocorrer em espaço público ou privado (Brasil, 1996).

A partir da década de 1960, coletivos de mulheres se mobilizaram junto a organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA), para promover visibilidade política e social ao fenômeno da violência contra a mulher (Osterne, 2006). No Brasil, após anos de luta, a lei 11.340 (Lei Maria da Penha), promulgada em 07 de agosto de 2006, representou um grande avanço na repressão e prevenção da violência doméstica contra a mulher. Essa lei criminalizou esse tipo específico de violência, criou as delegacias especializadas de atendimento à mulher, concedeu o direito à medida protetiva de urgência e preconizou o atendimento da mulher vítima em uma rede articulada de serviços, como os de saúde, segurança pública e assistência social. Outro avanço proporcionado por essa lei foi a tipificação da violência contra a mulher, podendo ela ser física, psicológica, moral, patrimonial ou sexual (Brasil, 2006) e se apresentarem de forma conjugada.

A forma mais visível e frequentemente mencionada é a violência física (Cruz; Espíndula; Trindade, 2017), caracterizada por agressões que atingem a integridade corporal da vítima (Brasil, 2006). Outra forma de violência recorrente é a violência psicológica (Fonseca; Ribeiro; Leal, 2012), que envolve ações ou omissões que afetam a saúde emocional, a autoestima e a autonomia da mulher (Brasil, 2006). Por sua vez, a violência sexual se refere a qualquer conduta que obrigue a mulher a participar de atos sexuais não desejados ou que limite seu controle sobre o próprio corpo e seus direitos reprodutivos. Já a violência patrimonial diz respeito à retenção, destruição ou subtração de bens e recursos e, por fim, a violência moral envolve práticas como calúnia, difamação e injúria (Brasil, 2006).

A ocorrência da violência contra a mulher é marcada pela ideia de superioridade do homem em relação à mulher, que define o masculino como dominante, forte e ativo e o feminino como passivo, frágil e emotivo (Cortez; Souza, 2008). Essa suposta superioridade é atribuída aos homens pelo sistema patriarcal, que pode ser definido como o sistema de dominação-exploração das mulheres pelos homens (Saffioti, 2015). Esse sistema é historicamente construído e passou por adaptações no decorrer do tempo, atravessando a sociedade, se infiltrando nas relações e sustentando estruturas de

poder desiguais, que conferem ao homem direitos sobre o corpo e a autonomia das mulheres (Saffioti, 2015).

Segundo Saffioti (2015), no sistema patriarcal, o poder é atribuído ao homem, mas isso não impede que ele seja transmitido a outros sujeitos, para que cumpram a vontade do patriarca e mantenham o sistema funcionando. Assim, diversas formas de violência podem ser cometidas contra mulheres ou meninas sem que o agressor seja, necessariamente, um homem (Saffioti, 2015). Segundo Osterne (2006), ainda que as mulheres ocupem lugares subordinados e sejam desprovidas de poder, elas também possuem potencial para exercê-lo sob a égide do sistema patriarcal.

Saffioti (2015) destaca ainda que, ao violentar meninas ou mulheres e contribuir para a manutenção do sistema patriarcal, as mulheres não são cúmplices dos homens no projeto de dominação-exploração das mulheres, pois esse fenômeno está situado para além da consciência. Afinal, enquanto seres sociais, homens e mulheres são influenciados pela linguagem, normas e práticas culturais da sociedade a qual pertencem (Herzlich, 1991). E dentre tantos produtos culturais que essa sociedade pode produzir um deles é a desigualdade entre homens e mulheres (Nóbrega *et al*., 2019), que é reproduzida e mantida por todos os sujeitos, não apenas por homens.

Diante disso, para que o fenômeno da violência contra a mulher seja amplamente discutido, é preciso investigar suas diversas manifestações, ocorrências e seus diversos algozes. Assim, este trabalho tem o objetivo de analisar como a violência contra a mulher perpetrada por outra(s) mulher(es) é retratada na mídia jornalística do estado do Espírito Santo.

2. Método

A presente pesquisa possui abordagem qualitativa e caráter exploratório-descritivo (Gil, 2008). Para alcançar o objetivo proposto, foi realizado um estudo documental em material jornalístico, que teve como fonte de dados o jornal capixaba *A Tribuna*, que tem grande circulação no estado do Espírito Santo e disponibiliza as edições impressas anteriores em acervo virtual de forma gratuita e *online*, possibilitando fazer uma recuperação significativa de material.

Foram coletadas peças jornalísticas que abordavam a violência contra a mulher nas edições publicadas entre os anos de 2006 e 2021. Foram consideradas

reportagens de todos os dias da semana (segunda-feira a domingo), que estavam no caderno intitulado 'Noticiário', abrangendo as seções 'Reportagem Especial', 'Cidades', 'Polícia', 'Política', 'Economia' e 'Internacional'. Foram coletadas 767 peças jornalísticas, que, ao serem organizadas por casos relatados (alguns casos foram abordados em mais de uma peça jornalística), revelaram a existência de 511 casos de violência contra a mulher cometida exclusivamente por outra(s) mulher(es).

Os dados foram analisados por meio da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) (Reinert, 1990), que tem por objetivo obter classes de segmentos de texto que possuem, ao mesmo tempo, vocabulários semelhantes entre si e diferentes das outras classes (Camargo; Justo, 2013a). Para tal, utilizou-se o *software* Iramuteq versão 0.7 alpha 2.

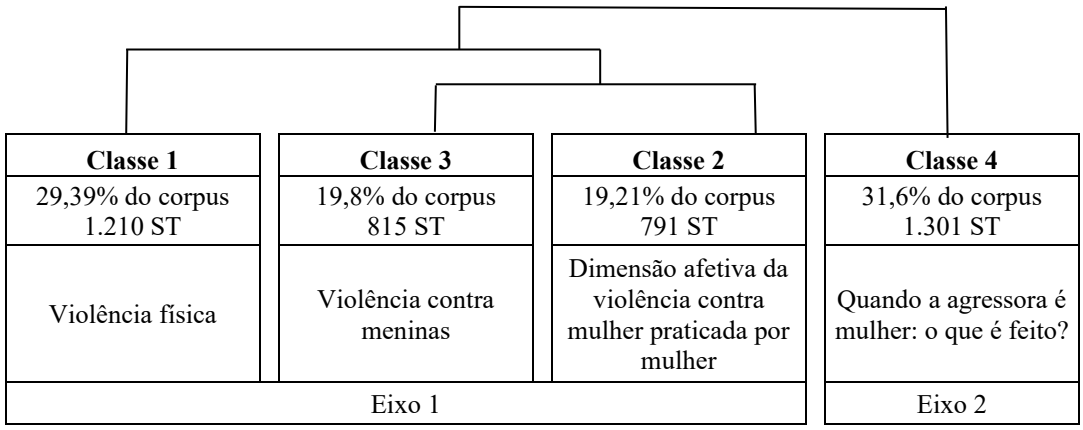
Para que fosse possível a leitura pelo Iramuteq, foi construído um *corpus* textual com todas as peças jornalísticas. Esse *corpus* passou por um processo de configuração, seguindo as orientações apontadas por Camargo e Justo (2013b), sendo organizado em um documento do LibreOffice, de modo que foi atribuída uma linha de comando para cada peça jornalística que compôs o *corpus*.

Para a elaboração das linhas de comandos, foram utilizadas três variáveis: uma que identificava cada uma das peças jornalísticas, codificadas com seu respectivo número; o tipo de violência retratada na peça jornalística, que podia ser física, psicológica, sexual, patrimonial e/ou moral; e a faixa etária da vítima, podendo ser criança (0 a 11 anos), adolescente (12 a 18 anos), adulta (19 a 59 anos) e/ou idosa (a partir de 60 anos).

3. Resultados e discussões

Na análise do *corpus*, constituído por 767 peças jornalísticas e 511 casos de violência contra a mulher cometida por outra(s) mulher(es), submetido à CHD, obteve-se um total de 4.753 segmentos de textos (ST), que tiveram 86,62% de aproveitamento, sendo, portanto, classificados 4.117 ST. Foram geradas quatro classes, divididas em dois eixos. Na Figura 1, é apresentado o dendrograma com os eixos e as classes estáveis gerados pelo *software*.

Figura 1- Dendrograma dos eixos e classes estáveis a partir da classificação hierárquica descendente



Fonte: autoras

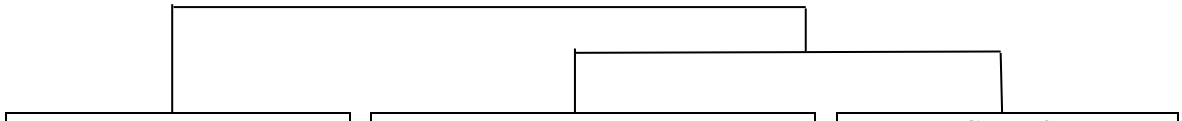
Na Figura 2, foram descritos os 40 termos mais significativos do primeiro eixo, que contém as classes 1, 2 e 3, selecionados a partir dos maiores valores do qui-quadrado (X^2). Foram considerados todos os termos que tiveram X^2 maior que 3,84. Os demais termos gerados pela análise, que não aparecem na figura, também foram considerados para descrição dos resultados.

O conteúdo que compõe o eixo 1 corresponde aos acontecimentos, descrições e detalhes relativos aos casos de violência. A classe 1, nomeada **Violência física**, corresponde a 29,39% do *corpus* analisado e apresenta conteúdo relacionado à prática de violência física por mulheres, podendo essa dimensão ser observada através dos termos *agredir*[4], *atingir*, *esfaquear, empurrar* e *cortar*. Essa violência é, muitas vezes, nomeada como *briga* e é perpetrada pelas agressoras/acusadas ao desferir nas vítimas *socos*, *golpes*, *tapas*, *chutes, puxões* ou cortes de *cabelo*, podendo atingir diversas partes do corpo, como o *rosto*, as *costas*, o *braço*, a *mão*, o *pescoço*, o *olho*, o *peito* ou o *ombro*.

[4] Os termos presentes nas classes serão apresentados em itálico. Alguns termos descritos não estão presentes nas imagens que ilustram os 40 termos mais significativos, mas por terem $X^2 > 3,84$ foram considerados para descrição dos resultados.

ISSN 2175-098X

Figura 2- Dendrograma das classes 1, 3 e 2 geradas pelo Iramuteq/ eixo 1



Classe 1 Violência física		**Classe 3 Violência contra meninas**		**Classe 2 Dimensão afetiva da violência contra a mulher praticada por mulher**	
29,39% 1.210 ST		19,8% 815 ST		19,21% 791 ST	
Soco	173.82	Casa	271.31	Falar	205.67
Agredir	171.64	Criança	262.23	Querer	172.56
Estudante	170.78	Mãe	169.25	Ficar	151.33
Briga	154.63	Filho	161.73	Saber	109.11
Cabelo	136.76	Menina	146.15	Coisa	105.70
Golpe	135.10	Sair	111.11	Só	98.34
Faca	134.05	Voltar	79.37	Gente	95.76
Confusão	123.50	Pai	68.97	A tribuna	90.36
Adolescente	110.05	Deixar	66.34	Dizer	84.65
Rosto	108.69	Morar	65.15	Todo	82.19
Costa	107.43	Avô	63.11	Senhor	80.84
Atingir	102.75	Tomar	62.93	Achar	79.95
Ferida	101.06	Vizinho	60.35	Mundo	72.84
Tapa	98.14	Tio	56.98	Vida	70.79
Braço	96.89	Madrasta	55.41	Pensar	60.92
Esfaquear	94.73	Entregar	54.45	Medo	59.74
Bairro	90.35	*nome da agressora/acusada*	52.70	Viver	51.99
Amigo	85.55	Abrir	50.99	Fossar	50.47
Jovem	83.57	Dormir	49.83	Gostar	49.54
Vítima	82.23	Porta	47.28	Cadeia	45.97
Puxar	81.11	Comprar	44.78	Mensagem	44.47
Vitória	79.63	Vender	42.17	Tirar	44.27
Chute	73.90	Droga	41.59	Reportagem	43.15
Ponto	73.83	Fogo	41.30	*nome da vítima*	42.08
Boate	71.12	Trancar	38.96	Marido	41.26
Mão	70.62	Colocar	37.57	Acreditar	40.62
Namorado	69.82	Banho	35.84	Conversar	40.23
Pescoço	69.71	Neto	35.36	Conhecer	39.25
Ano	65.25	Vício	33.70	Namoro	39.03
Universitário	64.31	Cuidar	33.33	Imaginar	35.15
Esquerdo	63.48	Alimentar	32.36	Errado	34.51
Ônibus	61.01	Colo	32.21	Inventar	34.51
Serra	59.68	Rua	32.17	Cara	33.97
Facada	59.68	Conselho Tutelar	32.01	Olhar	33.87
Ferir	58.27	Crack	31.54	Acontecer	32.48
Empurrar	56.63	Morador	31.45	Ligar	31.93
Agressão	56.10	Chegar	30.61	Trabalhar	31.76
Cortar	55.43	Buscar	30.38	Raiva	30.77
Defender	50.99	Usar	29.65	Social	30.77
Brigar	50.71	Ingerir	29.48	Amar	30.60

*Possíveis identificações foram removidas.

Fonte: autoras

Em um estudo realizado com profissionais de saúde, Cruz, Espíndula e Trindade (2017) apontaram a violência física como a forma mais representativa da violência contra a mulher, ao mesmo tempo os participantes identificaram as violências psicológica e moral como mais frequentes, mas, por serem relativamente veladas, são menos percebidas. Assim, a maior visibilidade dada à violência física pela narrativa jornalística contribui para reforçar as concepções da violência contra a mulher em torno da violência visível e concreta, podendo minimizar as demais formas de violência, como a psicológica, moral e patrimonial, bem como dificultar sua identificação.

A principal motivação atribuída para a prática das violências físicas descritas nesta classe é o *ciúme,* destacando a rivalidade e disputa de mulheres por *namorados.* Para a prática da violência física são utilizados objetos perfurocortantes, como *facas*, *tesouras* ou *estiletes*. Ao retratar mulheres como agressoras, sobretudo em contextos motivados por rivalidade afetiva ou disputa por parceiros, as reportagens podem demonstrar uma ruptura com a lógica tradicional de gênero, na qual os homens são os agressores. No entanto, segundo Saffioti (2015), a prática de violência entre mulheres não representa um fenômeno fora do sistema patriarcal, mas sua reprodução, uma vez que esse sistema não se sustenta apenas pela ação dos homens, mas também pela internalização e reprodução de seus valores pelas próprias mulheres. Assim, as mulheres, como seres sociais, que são formados em uma determinada sociedade, incorporam e reproduzem as normas, os valores e as práticas culturais dessa sociedade (Herzlich, 1991), podendo ser tanto vítimas como agentes de um sistema que subordina, diminui e agride mulheres (Saffioti, 2015).

Outro conteúdo observado na primeira classe é a identificação da faixa etária das vítimas e/ou agressoras/acusadas como *adolescentes* ou *jovens*[5]. As mulheres adultas também aparecem nesta classe como vítimas ou agressoras/acusadas, no entanto, como elas normalmente são identificadas pelas profissões ou ocupações que exercem (sendo essas bastante variadas) e pela idade, não é possível apreender essa faixa etária na análise lexical. Além disso, as envolvidas na violência são descritas pela ocupação de *estudantes*, *universitárias* e *donas de casa.* As variáveis significativas para essa classe foram o tipo de violência física e a faixa etária da vítima, a saber, adolescentes e adultas.

[5] Tendo em vista as classificações etárias adotadas nesta pesquisa, jovens podem ser tanto adolescentes (12 a 18 anos) quanto adultas (de 19 a 59 anos).

A classe 2, denominada **Dimensão afetiva da violência contra a mulher praticada por mulher**, representa 19,21% dos segmentos de textos analisados e aborda os sentimentos, reações e desejos que vítimas e pessoas próximas tiveram frente ao ato de violência, sendo representados pelos termos *querer*, *medo, raiva, triste, esperar*, *perdoar* e *humilhado*(a). Outro conteúdo presente nessa classe diz respeito a como pessoas próximas às vítimas de alguma violência tomaram conhecimento sobre o ato violento. Essas informações aparecem na forma de relatos diretos, quando as envolvidas na violência ou terceiros concedem entrevistas para o jornal. Os termos que permitem evidenciar esse aspecto são *ficar*, *saber*, *A Tribuna, reportagem* e *conversar*.

Também surgiu nessa categoria referência acerca da relação entre a vítima e a agressora/acusada, de modo que é relatado o modo como as envolvidas se conheceram ou ainda se há um homem envolvido indiretamente na relação. Os termos que permitem evidenciar esse aspecto são *marido*, *conhecer* e *namoro*. Assim, é possível perceber que, mesmo que as agressões ocorram entre mulheres, pode haver o envolvimento de um homem, ainda que indiretamente, ou seja, essa briga pode ocorrer por ciúme ou por disputa, como se o homem fosse um prêmio a ser conquistado. Isso evidencia mais uma vez a reprodução de valores patriarcais, que valoriza e atribui ao homem qualidades positivas, como poder e dominação, fazendo com que ele seja merecedor de disputa, e atribui à mulher qualidades negativas de fragilidade, submissão e subserviência, se tornando aquela que precisa ser corrigida quando escapa ao domínio patriarcal (Cortez; Souza, 2008). A classe 2 apresentou como variável significativa apenas a faixa etária da vítima adulta.

A classe 3, por sua vez, denominada **Violência contra meninas**, corresponde a 19,21% do *corpus* analisado e aborda conteúdos relacionados a violências praticadas contra crianças, sendo evidenciadas pelos termos *criança* e *menina*. As pessoas responsáveis pelo cuidado direto da vítima como *mãe*, *avó*, *tia*, *madrasta* e *babá* são as que figuram como agressoras, tendo, assim, o espaço doméstico (*casa*) e seus arredores como locais onde ocorrem as violências. Além disso, termos como *filha* e *neta*, além dos anteriormente citados, contribuem para a identificação do vínculo que vítima e agressora/acusada possuem. Com isso, fica evidente que a casa, que deveria ser um lugar de proteção, aparece como lugar propicio para a prática de violências, com meninas

violentadas das mais diversas formas por mulheres que deveriam zelar pelo seu bem-estar. Além disso, o fato de as agressoras terem com as vítimas diversos vínculos, que não apenas o materno, mostra o papel social de cuidadora destinado à mulher (Cortez; Souza, 2008), uma vez que, mesmo em muitas situações em que um homem seja o responsável pelos cuidados da menina, este é repassado a uma mulher próxima, podendo ser a avó, a madrasta ou a tia, por exemplo.

Outro aspecto presente nessa classe é o consumo de álcool e outras drogas pelas agressoras/acusadas antes do ato violento ou como uma prática do dia a dia. Esse aspecto pode ser evidenciado pelos termos *droga*, *vício*, *crack*, *alcoólico* e *bebida*. Apesar de o consumo de álcool e outras drogas ser um fator de risco para a violência (OMS, 2002), é preciso cuidado ao associar essas duas dimensões para que não ocorra uma simplificação da explicação causal, deslocando o foco dos contextos sociais e relações de poder para fatores unicamente individuais ou comportamentais (Cruz; Espíndula; Trindade, 2017). Para a classe 2, as variáveis significativas foram o tipo de violência psicológica e a faixa etária da vítima de criança.

O segundo eixo (ver Figura 3), por sua vez, traz considerações sobre os procedimentos adotados nos casos de violência contra a mulher cometida por outra(s) mulher(es). Ele é composto pela classe 4 e conecta-se ao primeiro eixo. Na Figura 3, estão descritos os 40 termos mais significativos, selecionados a partir dos maiores valores do qui-quadrado (X^2). Foram considerados todos os termos que tiveram X^2 maior que 3,84. Os demais termos gerados pela análise, que não aparecem na figura, também foram considerados para descrição dos resultados.

A classe 4, denominada **Quando a agressora é mulher: o que é feito?**, representa 31,6% dos segmentos de textos analisados e aborda as investigações, inquéritos e encaminhamentos adotados para a resolução dos casos de violência contra a mulher praticado por outra(s) mulher(es), as prisões, o julgamento e as condenações das acusadas de praticarem as violências. Os termos que permitem apreender esse conteúdo são *autuar*, *prisão*, *encaminhar*, *investigação, investigar*, *condenar*, *inquérito* e *liberado*. Os crimes abordados são crimes como *homicídio*, *assassinato, tentativa* de homicídio, *prostituição* e *lesão corporal*.

Figura 3- Dendrograma da classe 4 gerada pelo Iramuteq/ eixo 2

Classe 4 **Quando a agressora é mulher: o que é feito?**			
31,6%- 1.301 ST			
Delegado	381.50	Condenar	70.16
Crime	259.86	Lesão corporal	68.05
Autuar	188.39	Indiciar	67.96
Advogado	173.42	Polícia civil	67.75
Prisão	163.00	Inquérito	67.61
Nome da agressora/acusada	161.21	Polícia	66.48
Encaminhar	150.14	Tentativa	65.10
Homicídio	137.77	Informação	62.76
Nome da vítima	118.77	Liberado	62.44
Investigação	111.01	Feminino	61.71
Investigar	101.63	Prostituição	61.38
Confessar	97.73	DPCA	60.80
Titular	95.57	Santo	59.94
Justiça	78.36	Enterrar	56.63
Caso	74.34	Presa	55.65
Depoimento	74.15	Apresentar	54.61
Acusar	72.40	Delegar	53.35
Exame	72.29	Presídio	53.29
Assassinato	71.23	Tucum	52.25
Flagrante	70.58	Recém-nascida	50.06

*Possíveis identificações foram removidas.
Fonte: autoras

A ocorrência dos termos *justiça*, *Polícia Civil*, *polícia*, *DPCA* (Delegacia de Proteção à Criança e Adolescente), Presídio, *DML* (Departamento Médico Legal), *DHPM* (Delegacia de Homicídio e Proteção à Mulher) e *Polícia Federal* indica os serviços que são responsáveis por adotar meios de investigar e julgar os crimes relacionados à violência contra a mulher praticados por outra(s) mulher(es), utilizando diversas estratégias, como a realização de *exame*, que gera um *laudo*, além das envolvidas prestarem (*prestar*) *depoimento*.

Isso demonstra o foco das reportagens nos serviços de segurança pública, indicando que a cobertura midiática privilegia os desdobramentos nos âmbitos policiais e jurídicos, que entram em cena, muitas vezes, quando a violência já está em curso ou após o fato. Embora a atuação dos órgãos de segurança pública seja fundamental,

sozinhos eles não têm capacidade de combater e prevenir o fenômeno da violência contra a mulher (Osterne, 2006). Assim, a ênfase dada pela mídia aos serviços de segurança pública na resolução dos casos pode reforçar uma visão restrita do enfrentamento à violência, centrada na repressão, e acabar deixando de lado a prevenção, que deve entrar em cena antes da violência ocorrer. A classe 3 apresentou como variáveis significativas o tipo de violência sexual e a faixa etária da criança como vítima.

4. Considerações finais

A mídia desempenha um papel importante na construção social de fenômenos, podendo tanto reforçar determinadas concepções quanto contribuir para uma compreensão mais ampla, crítica e preventiva. Neste trabalho analisou-se como a violência contra a mulher perpetrada por outra(s) mulher(es) é retratada em notícias publicadas no jornal capixaba A Tribuna.

Os resultados evidenciaram a maior visibilidade dada pela mídia à ocorrência de violências física, tornando mais visíveis formas concretas e explícitas de agressão e minimizando outras formas de violência, como as violências psicológica, moral e patrimonial, que tendem a ser entendidas como mais sutis e menos reconhecidas. Foram apontadas como possíveis motivadores das violências entre mulheres o ciúme, a rivalidade afetiva e o uso de álcool e outras drogas. Além disso, foi dado destaque para a mulher como agressora no contexto doméstico tendo como principal vítima meninas. Essas duas últimas dimensões podem demonstrar que mulheres não são apenas vítimas do sistema patriarcal, que as subordina e as diminui, mas também agentes, agredindo outras mulheres ou meninas a fim de manter esse sistema e garantir a ordem e os privilégios destinados aos homens. Por fim, evidencia-se a ênfase dada pelas notícias nos desdobramentos policiais e jurídicos, priorizando ações repressivas após a ocorrência da violência.

Referências

BRASIL. **Decreto Nº 1.973, de 1º de agosto de 1996**. Promulga a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, concluída em Belém do Pará, em 9 de junho de 1994. Brasília, 1996.

BRASIL. **Lei Nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, 2006.

CAMARGO, Brígido Vizel; JUSTO, Ana Maria. **IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais**. Temas em Psicologia, [S.L.], v. 21, n. 2, p. 513-518, 2013a.

CAMARGO, Brígido Vizel; JUSTO, Ana Maria. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. 2013b. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/1-mackenzie/universidade/unidades-academicas/CCSA/2024/MAI/Tutorial_Iramuteq_2013_portugues.pdf. Acesso em: 15 abr. 2026.

CORTEZ, Mirian Béccheri; SOUZA, **Lídio de. Mulheres (in)subordinadas: o empoderamento feminino e suas repercussões nas ocorrências de violência conjugal**. Psicologia: Teoria e Pesquisa**:**, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 171-180, jun. 2008.

CRUZ, Suzyelaine Tamarindo Marques da; ESPÍNDULA, Daniel Henrique Pereira; TRINDADE, Zeidi Araújo. **Violência de Gênero e seus Autores: representações dos profissionais de saúde**. Psico-Usf, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 555-567, dez. 2017.

FONSECA, Denire Holanda da; RIBEIRO, Cristiane Galvão; LEAL, Noêmia Soares Barbosa. **Violência doméstica contra a mulher: realidades e representações sociais**. Psicologia & Sociedade, [S.L.], v. 24, n. 2, p. 307-314, ago. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HERZLICH, Claudine. **A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença**. Physis: Revista de Saúde Coletiva, [S.L.], v. 1, n. 2, p. 57-70, 2005.

NÓBREGA, Vannucia Karla de Medeiros; PESSOA Jr, João Mário; NASCIMENTO, Ellany Gurgel Cosme do; MIRANDA, Francisco Arnoldo Nunes de. **Renúncia, violência e denúncia: representações sociais do homem agressor sob a ótica da mulher agredida**. Ciência & Saúde Coletiva, [S.L.], v. 24, n. 7, p. 2659-2666, jul. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: OMS, 2002.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. **Violência contra a mulher: estruturas patriarcais, relações de gênero e a (re)significação do conceito de vida privada**. O Público e o Privado, v. 4, n. 8, p. 163-176, 2006.

REINERT, Max. **ALCESTE: une méthodologie d'analyse des données textuelles et une application: Aurélia de Gérard de Nerval**. Bulletin de Méthodologie Sociologique, n. 28, p. 24-54, 1990.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.